

DEBATE DO PROGRAMA DO X GOVERNO REGIONAL

DECLARAÇÃO FINAL

António Marinho

11 de Dezembro de 2008

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Membros do Governo

Este é um governo de continuidade. É o próprio Presidente do Governo Regional que o consente e proclama. É um Governo que concluirá, com o Programa que agora apresentou, um ciclo de 16 anos consecutivos da mesma governação. De agora em diante, dele esperamos que passe a fundamentar efectiva e permanentemente as suas propostas e que não se escuse de prestar contas à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, valorizando, assim, o escrutínio parlamentar à acção política do Governo Regional.

Estivemos neste debate de forma séria e confrontámos o Governo Regional com os resultados alcançados ou com a falta deles. Abrimos também as portas para um conjunto de propostas que iremos apresentar ao longo desta legislatura. Com essa atitude, e com total disposição para exercer a fiscalização da actividade governativa, estamos empenhados em contribuir para a melhor governação da Região Autónoma dos Açores e, assim, zelar pela melhoria das condições de vida dos açorianos.

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Membros do Governo

Esperávamos um Programa de Governo para este X Governo Regional. E, formalmente, assim foi apresentado. Contudo, não podemos deixar de dizer que encontrámos um documento que, no essencial, é igual ao do IX Governo Regional, ou ao do VIII, ou mesmo ao do VII. Doze anos passaram e as ideias, as propostas e as estratégias não mudaram. O mundo, esse mudou. Muda todos os anos, todos os meses ou até todos os dias. Os novos desafios necessitam de outras respostas. Este Governo mantém a mesma postura, as mesmas receitas, as mesmas abordagens. Faltam os resultados e falta a originalidade. Mas falta também o interesse e o entusiasmo. Faltam até novas caras. O ciclo socialista está no fim.

Este Programa é o retrato do cansaço do Partido Socialista, do partido que na campanha eleitoral dizia querer ser o partido dos açorianos, que queria ter um "score" eleitoral nunca antes alcançado nos Açores, e que na noite das eleições despertou para uma perda de 15.000 votos, em relação a 2004, que se acomodou à mais alta abstenção em eleições regionais.

Este Programa do X Governo Regional é a sequência lógica de um governo gasto, cansado, de um governo que não consegue mobilizar a sociedade civil açoriana, de um governo representativo do fim do ciclo da governação

socialista da Região. De um governo, cujo Presidente já se preocupa mais com o seu futuro político na República do que com a governação do dia a dia dos Açores.

Se retirarmos a parte comicieira, o auto-elogio, e a tentativa de reescrever a história da Autonomia e da Democracia dos Açores a partir de 1996 – algo que representa cerca de dois terços das páginas deste Programa – sentirá um vazio, sentirá um “dejá-vu”.

Estamos, assim, perante mais do mesmo.

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Membros do Governo

Este Programa do X Governo Regional do Partido Socialista espelha, na sua essência e nos seus termos, a falta de resultados, pese embora os milhões e milhões de euros gastos ao longo dos doze anos da governação socialista da Região.

A verdade é que os Açores têm beneficiado de um significativo volume de fundos comunitários. De valor incomparavelmente superior à média dos obtidos pelas regiões europeias menos desenvolvidas, seria de esperar que a economia açoriana não estivesse quase estagnada em termos de convergência há vários anos. No entanto, com a divulgação das Contas Regionais relativas a 2006, constatou-se que a capitação do Produto Interno

Bruto açoriano se encontrava em 67% da média dos Vinte e Sete naquele ano, um nível que já havia sido atingido em 2003. De 2001 a 2006, os Açores apenas conseguiram convergir dois “magros” pontos percentuais, uma vez que aquele indicador representava 65% da média europeia no primeiro daqueles anos.

Sectorialmente, intensificam-se as preocupações.

Na agricultura, os agentes do sector fazem sentir os seus temores. O aumento forte dos preços dos factores de produção que se tem verificado, em conjugação com a quebra patente dos rendimentos do leite e, especialmente, da carne fundamenta as expectativas pouco pessimistas dos agentes do sector.

No importante sector da construção continua muito distante o cenário positivo que as empresas de construção já conheceram. Os licenciamentos de edifícios estão em constante descida, com quebras que ascendem a dois dígitos. A quebra dos edifícios concluídos é muito superior.

No sector do comércio intensifica-se o desânimo. As empresas do sector não se cansam de fazer sentir as suas preocupações e vêm-se obrigadas, muitas vezes, a tomar medidas de contenção com impacto negativo na actividade económica e no emprego.

No turismo, sector privilegiado pelas entidades oficiais, a evolução recente é altamente preocupante para o andamento da actividade económica em geral. Tem criado a apreensão das empresas do sector, dado o esforço de

investimento que promoveram nos últimos anos, como resposta ao desafio feito pelo Governo. Encontra-se em quebra desde Setembro de 2007, num conjunto de descidas sucessivas que perdurou, pelo menos, até Setembro do presente ano. As reduções atingiram doze dos treze meses em causa.

Com graves repercussões no domínio social, o desemprego é um fenómeno em tendência de subida desde 2003. Se naquele ano chegou a descer até uma taxa de 2%, correspondente a cerca de 2,100 desempregados, em 2006/2007 encontrava-se num patamar na ordem de 4%. Já no presente ano, chegou a atingir 5.6%, envolvendo quase 6,500 desempregados. Para informação da Senhora Secretária, que recentemente se envolveu nestes domínios, o Destaque do SREA relativo ao último Inquérito Trimestral ao Emprego refere que a “população desempregada nos Açores, no 3º trimestre de 2008, estima-se em 6.170 indivíduos, que compara com os valores de 6.364 no trimestre anterior e com 4.370 no trimestre homólogo”. Sugere-se, por isso, que a Senhora Secretária rectifique os valores bem menores que trouxe ontem a esta Assembleia. Por outro lado, está aqui patente um aumento homólogo de 1.3 pontos percentuais, um agravamento significativo que foi esquecido, provavelmente de forma deliberada, pelo Senhor Presidente do Governo no seu discurso de tomada de posse, onde preferiu destacar a ligeira descida relativa ao trimestre anterior, o que é técnica e politicamente inaceitável.

Nos transportes, a falta de resultados é assustadora. No transporte marítimo de passageiros apenas se pode falar de uma história triste, continuando sem existir uma solução consistente, com 50 milhões de euros entretanto já gastos. Nos transportes aéreos a santa aliança SATA/TAP, aliada à

resignação perante o Governo da República, continua a penalizar os açorianos nos preços das passagens e a dinamização do sector do turismo. Este Programa perde a oportunidade de, finalmente, se pensar num sistema integrado de transportes, aéreo e marítimo, de passageiros, viaturas e carga.

A tão badalada política de coesão fracassou. Nunca passou de uma vaga promessa. As chamadas ilhas da coesão continuam à espera da aplicação de uma estratégia de promoção do seu desenvolvimento que se revele adequada. Continuam a braços com o espectro da desertificação, a que assistem impotentes. Falta-lhes esperança.

Temos ainda um governo que, ao fim de doze anos de maioria absoluta, apresenta o vergonhoso número de 80,000 açorianos sem médico de família. Podemos também mencionar as listas de espera de meses e anos para uma consulta ou uma intervenção cirúrgica. Podemos igualmente referir os recém-formados enfermeiros açorianos que têm que emigrar à procura de emprego, quando há tantos Postos de Saúde, Centros de Saúde e Hospitais que têm falta de enfermeiros. Podemos, enfim, constatar toda a falta de resultados da governação socialista da Região no sector da Saúde, pese embora o amontoar de dívidas da Saudaçor, dos Centros de Saúde e dos Hospitais.

Na área da Educação o Programa do Governo resume os problemas de que padece o nosso sistema educativo aos que foram revelados pelo estudo PISA. Esquece a burocracia irracional que submerge as escolas, esquece o sucesso administrativo que leva à contínua transição de alunos impreparados, esquece os guetos de violência e de exclusão que a própria

escola está a criar sob o pretexto da inclusão e procura disfarçar com alguns anúncios de última hora o descontentamento e a desmotivação que se generalizou a toda a classe docente. Não passa, por isso, de um programa conformista, que se auto-satisfaz na contemplação estática da bondade da obra feita, sem chama nem projecto de efectiva mudança.

A campanha de marketing e propaganda dos quatro governos regionais socialistas, ao longo destes doze anos, poderia levar a qualquer cidadão menos atento à impressão que a pobreza tem diminuído nos Açores. Que muito dinheiro tem sido gasto nos Açores nos mais diversos programas de reinserção social, de apoio aos idosos e à infância, é uma verdade de que os Relatórios de Execução dos diversos governos regionais socialistas se têm encarregado.

A falta de resultados no Combate à Pobreza nos Açores não se deve às avultadas verbas dedicadas à Solidariedade Social. Deve-se, isso sim, a uma política assistencialista que não fornece os meios nem persiste nas estratégias que leve os beneficiários à sua autonomia. Pelo contrário, parece que os governos regionais socialistas se orgulham de todo e qualquer dado estatístico que seja sempre superior aos dados do Serviço Regional de Estatística, desde 1996. Deve-se também à incapacidade dos governos regionais socialistas de dinamizarem a economia regional, ao ponto de esta exigir uma maior participação da população feminina e dos açorianos com graus de escolaridade mais inferiores. A economia açoriana não consegue dar resposta aos sectores mais frágeis da população da Região. Infelizmente a pobreza têm aumentado nos últimos tempos na Região.

Quanto às finanças públicas, é hoje em dia já claro que não basta a mera proclamação de que são saudáveis. Falta-lhes verdade e carecem de transparência. Urge acabar com operações de mera cosmética e engenharias financeiras inadmissíveis. A descarada transferência de encargos para as gerações futuras, para acudir a meros interesses eleitorais, é imoral.

Ao contrário do Governo, o PSD não está satisfeito com este estado de coisas. Bem, pelo contrário. Está inconformado. E assim vai continuar nos próximos quatro anos. Queira a maioria absoluta do Partido Socialista ter a tolerância democrática e o bem dos Açores como ponto de partida e será fácil aceitar as propostas alternativas que o PSD irá apresentar ao longo dos próximos quatro anos.

Não é por ser este o último Governo Regional que Carlos César preside, não é pelo facto de os sinais de fim de ciclo da governação socialista da Região se tornarem cada vez mais evidentes, não será pelo simples facto de a maioria absoluta socialista dar os sinais de continuidade da sua arrogância no que concerne ao debate político e à fiscalização dos actos do governo, que este Parlamento e o PSD vão baixar os braços. Não queremos esperar quatro anos para que o poder socialista apodreça definitivamente. O PSD irá apresentar projectos alternativos às políticas socialistas, nas mais diversas áreas. O PSD irá defender os interesses das pessoas neste Parlamento. O PSD não se deixará distrair com as lutas internas pelo poder no Partido Socialista.

A vida dos açorianos não está fácil. Para muitos está mesmo difícil.

É para eles que o PSD vai trabalhar nos próximos quatro anos neste Parlamento que, por sinal, é o primeiro órgão da Autonomia Açoriana.

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Membros do Governo

É por isso também que, neste momento, não poderíamos deixar de falar de crise. Se bem repararam, só agora estamos a utilizar um termo que parece não agradar a alguns.

Dizia o Presidente do Partido Socialista, em 7 de Outubro passado, em Santa Maria, que “os Açores estão a passar ao lado da crise que afectou o país, bem como da crise internacional que afecta países como França, Alemanha ou Espanha mercê das políticas em devido tempo adoptadas pelo Governo do Partido Socialista”.

A crise, para alguns, surgiu assim por obra e graça do acaso, no dia a seguir às eleições. Essa é a crise que foi depois oficializada pelo mesmo Presidente do Partido Socialista no seu discurso de tomada de posse como Presidente do Governo Regional.

Nós conhecemos a crise que os açorianos há muito sentem. Da crise que tem penalizado fortemente a vida das famílias e empresas açorianas. Da

crise que o Governo e o Partido Socialista afastaram do seu discurso até 19 de Outubro.

Curiosamente, num Programa de Governo que iniciará a sua aplicação num período como este, não se vislumbra a disposição efectiva para combater os seus efeitos. Para a economia mundial espera-se que os problemas actuais se intensifiquem, pelo menos, no próximo ano. Mesmo que não prossiga nos anos seguintes, certamente existirão efeitos gravosos que se farão sentir por mais tempo. O Governo, no seu Programa, assobia para o lado e finge que nada de grave está a acontecer. Distracção? Certamente que não. Irresponsabilidade? Provavelmente.

Para nós, os tempos que correm são motivo de grande preocupação. Foi por isso que, embora com base em medidas avulsas, que não vemos vertidas no documento que encerra a estratégia a seguir pelo governo nos próximos quatro anos, considerámos, há menos de uma semana, como globalmente positivo o pacote para as empresas que o Governo apresentou às Câmaras de Comércio da Região. A bem da verdade, deve admitir-se que incluiu algumas que o PSD já tinha anunciado em plena campanha eleitoral.

Sendo um conjunto de medidas que, embora vago, pode constituir um paliativo para o sufoco financeiro que atinge o tecido empresarial regional, dissemos que não se mostrava como consistente para a consolidação da sua actividade futura. Trata-se, na verdade e apenas, de um conjunto de medidas de curto prazo. De fora ficaram as famílias, o que condiciona, quer o seu próprio bem-estar e equilíbrio, quer os efeitos que uma actuação a

esse nível teria na economia em geral e na actividade empresarial em particular.

Dado que a conjuntura económica mundial, nacional e regional se apresenta realmente adversa, o Grupo Parlamentar do PSD apresentará um conjunto de propostas neste domínio, em tempo oportuno e nos termos adequados.

Para as famílias, consideramos que, desde já, e para o aumento do seu poder de compra, se deve promover a despenalização fiscal, através da redução de todos os escalões de IRS, ao abrigo da LFRA, para o limite de 30% das taxas nacionais, que o Partido Socialista recusou em Setembro último, devendo também ser aumentados os limites de créditos fiscais em sede de IRS para despesas com saúde e educação, sectores mais afectados pela inflação nos últimos anos. Consideramos ainda que se deve adoptar uma política de saúde com garantias de acessibilidade a todos e equidade no tratamento e que é essencial a criação de incentivos à criação de emprego feminino através de políticas de conciliação da vida profissional, com a vida familiar das mulheres.

Para as empresas, consideramos essencial a implementação de programa de “Pagamento a tempo”, aplicável aos poderes regional e local, para gerar maior liquidez nas empresas, a aceleração dos processos de concessão de incentivos ao abrigo dos sistemas de incentivos já em vigor e o adiantamento do valor dos incentivos, numa percentagem de 30%. Fundamental é também o lançamento de obras públicas de menor dimensão, de modo a possibilitar mais oportunidades de negócio às

empresas locais, apoiar a consolidação de créditos bancários e a criação dum sistema de saneamento financeiro das empresas, a criação duma linha de crédito especial para a resolução dos respectivos problemas de tesouraria, com pagamento de juros por parte do governo ou a alteração da cobrança do IVA para que os seus efeitos ocorram a partir da emissão do recibo. Revela-se também necessário o apoio a indústrias tradicionais, designadamente as que se encontram a jusante dos sectores da agricultura e pescas, intervindo no respectivo capital em situações devidamente fundamentadas.

Assim como aceitámos como válidas as propostas que o Governo apresentou, apesar da sua insuficiência, desafiamos o Governo e a maioria parlamentar do PS a aceitar as propostas que o PSD apresentar, quer para as empresas, quer para as famílias.

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Membros do Governo

Em relação à nossa posição sobre este Programa de Governo, não fingimos. O PSD apresentou-se nas eleições legislativas do passado mês de Outubro como alternativa de Governo e com o seu próprio programa eleitoral. Tem, por isso, a reforçada legitimidade política de afirmar a sua oposição democrática, enquanto alternativa.

O Senhor Presidente do Governo Regional, aliás, na altura em que entregou o Programa de Governo nesta Assembleia, deu nota de que, em seu entender, o mesmo não mereceria o nosso apoio.

Disse, na mesma altura, que tal facto não o preocupava. Tem todo o direito à sua indiferença. Efectivamente, os açorianos é que devem ficar preocupados. A manutenção da estratégia de desenvolvimento consubstanciada neste Programa de Governo é o prenúncio de que os Açores irão, por mais quatro anos, manter-se fora da rota da convergência. Mais quatro anos perdidos são, certamente, motivo de preocupação, muito mais quando coincidem com os anos centrais da aplicação do actual quadro de apoios europeus.

É óbvio para todos que o ciclo socialista está na sua ponta final. Com um governo a “arrastar-se” por mais quatro anos, surgirão, inevitavelmente, reflexos negativos nas condições de vida dos açorianos.

Quanto a nós, mantemos a preocupação e a coerência. Correspondendo à óbvia expectativa política dos açorianos e eleitores, o Grupo Parlamentar do PSD, como já anunciou, votará contra o Programa do Governo do Partido Socialista.

Disse